

FERNANDO GASPAR NEISSER

Prefácio

Alamiro Velludo Salvador Netto

Apresentação

Enrique Ricardo Lewandowski

DOLO E CULPA
NA CORRUPÇÃO POLÍTICA
IMPROBIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA

1ª reimpressão

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N416d Neisser, Fernando Gaspar

Dolo e culpa na corrupção política: improbidade e imputação subjetiva / Fernando Gaspar Neisser. 1. Reimpressão. – Belo Horizonte : Fórum, 2019. 331p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0657-2

1. Direito Público. 2. Direito Penal. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Eleitoral. I. Título.

CDD 341
CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NEISSER, Fernando Gaspar. *Dolo e culpa na corrupção política: improbidade e imputação subjetiva*. 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 331p. ISBN 978-85-450-0657-2.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Alamiro Velludo Salvador Netto	17
APRESENTAÇÃO	
Enrique Ricardo Lewandowski	21
INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA RESPOSTA NÃO PENAL AO PROBLEMA DA CORRUPÇÃO.....	
1.1	A dificuldade em conceituar a corrupção33
1.2	A corrupção como conceito pré-iluminista e a dificuldade de sua análise sob o Estado de Direito38
1.3	A evolução do debate doutrinário sobre a corrupção44
1.4	Corrupção e o princípio constitucional da moralidade56
1.4.1	Os riscos do pamprinciologismo e a segurança jurídica.....62
1.5	A improbidade administrativa na Constituição e a aprovação da Lei nº 8.429/9265
1.5.1	A fundamentação constitucional da improbidade e o problema da violação ao princípio do <i>ne bis in idem</i>70
1.6	O elemento subjetivo na improbidade administrativa75
1.6.1	O entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao elemento subjetivo na improbidade administrativa e sua fundamentação teórica.....80
CAPÍTULO 2	
INJUSTO, RESPONSABILIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA89	
2.1	Causalidade e responsabilidade90
2.2	Responsabilidade e imputação.....97

2.3	A distinção entre injusto penal e civil a partir do debate alemão no século XIX	101
2.4	Injusto, Direito Penal Administrativo e Direito Administrativo Sancionador	109
2.5	A imputação subjetiva no Direito Penal e o princípio da culpabilidade	121
2.5.1	A evolução histórica do conceito de dolo: do Direito Romano ao finalismo	125
2.5.2	A evolução histórica do conceito de dolo: o funcionalismo teleológico de Claus Roxin e o funcionalismo sistêmico de Günther Jakobs	135
2.5.3	A evolução histórica do conceito de dolo: as recentes contribuições ao tema e as propostas delas derivadas	141
2.6	A imputação subjetiva no Direito Civil	152

CAPÍTULO 3

A IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UM MODELO INTERMEDIÁRIO ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO CIVIL.....

3.1	As sanções civis punitivas e o modelo intermediário no sistema anglo-saxão	165
3.2	A possibilidade de encaixe de um modelo intermediário na tradição jurídica da Europa continental	173
3.2.1	Aportes da jurisprudência e modelos intermediários.....	175
3.2.2	Aportes da doutrina e modelos intermediários	179
3.3	A estipulação de critérios de ancoragem: em qual ponto da régua deve estar a imputação subjetiva na improbidade administrativa?	189
3.3.1	Ancoragem em razão do juízo competente e do tipo de procedimento: a definição do legislador	190
3.3.2	Ancoragem em razão da natureza do injusto.....	197
3.3.3	Ancoragem em razão do tipo de pena prevista e da finalidade buscada com a sanção.....	204
3.3.4	Ancoragem em razão do estigma ocasionado pela aplicação da sanção	221
3.4	A ancoragem penal como instrumento de garantia: manifestação do <i>ius puniendi</i> do Estado.....	230

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	233
4.1 A âncora da imputação subjetiva penal e seus elementos irredutíveis x a necessidade de flexibilização rumo ao Direito Civil.....	233
4.2 O dolo na improbidade administrativa	236
4.2.1 O dever de conhecimento do agente público na improbidade administrativa: conhecimento especial e posição de garante.....	244
4.2.2 Atribuição de conhecimento, delegação do conhecimento e cegueira deliberada.....	256
4.2.3 O problema da má-fé na improbidade administrativa	270
4.3 A culpa na improbidade administrativa	274
CONCLUSÕES.....	285
REFERÊNCIAS.....	301